

01 SET 1988

Jornal de Brasília • 9

Proposta prevê redução de 30% da dívida dos pobres

Norberto Zvarzman
da UPI

Nova Iorque — É preciso concentrar esforços para reduzir em pelo menos 30% da dívida externa dos países em desenvolvimento mais endividados, sustenta a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). Esta é a primeira vez que uma organização internacional formula uma proposta tão direta e concreta para frear a dívida.

A proposta, feita no relatório sobre comércio e desenvolvimento-1988, daquele organismo, destaca que os bancos não responderam aos planos anteriores para a dívida, que previam um aumento dos créditos para que os países mais endividados pudessem dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento. Esta era uma característica do Plano Baker, patrocinado pelo ex-secretário do Tesouro norte-americano, James Baker.

Brasil

O secretário-geral da Unctad, Kenneth Dadzie, declarou que se deve encarar o fato de que a crise da dívida está entrando em seu sétimo ano, sem que se tenha descoberto ainda uma solução. Os países que mais se beneficiarão com este plano são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai, Venezuela, Costa do Marfim, Filipinas, Marrocos, Nigéria e Iugoslávia.

Esses países devem aos bancos comerciais cerca de 300 bilhões de dólares, de um total de 500 bilhões de dólares de todos os países em desenvolvimento.

Ao entregar o relatório aos jornalistas, Dadzie disse que se não "houver uma redução significativa da dívida, os principais devedores dos bancos comerciais nunca conseguirão saldá-la". Além disso, continuou o secretário-geral, essa redução não representa uma ameaça para o sistema financeiro. "A verdadeira ameaça está no contínuo processo de atraso no desenvolvimento, e da negativa de enfrentar o problema da insolvência".

Crescimento

Como exemplo, o relatório cita o caso daqueles 15 países mais endividados, o risco dos bancos privados norte-americanos caiu para cerca de 9 bilhões de dólares desde 1982 até meados de 1987, "em grande parte devido à redução dos créditos para o comércio".

A Unctad já havia proposto em 1985 a adoção de uma estratégia para o crescimento dos países devedores, abandonando as políticas deflacionárias em uso. O secretário da Unctad destaca, agora, que não se conseguiu criar as condições externas necessárias para facilitar uma estratégia de crescimento, como fora proposto no Plano Baker.

O PIB daqueles países, em termos reais, foi de menos de 2,5% anuais a contar de 1982. Isto é apenas suficiente para o produto manter-se a par do crescimento da população. Como consequência, a produção per capita, em 1987, foi de um por cento abaixo do nível de 1980.

Fatores

Um dos fatores negativos a frear o crescimento é o fato de os preços dos produtos básicos não terem sido o suficiente ajustados desde o começo da crise da dívida, e o fluxo de empréstimos externos ser desestimulante.

"A deterioração do intercâmbio comercial entre os países muito endividados anulou as vantagens proporcionadas por taxas de juros mais baixas e foi especialmente perversa para os países devedores que têm pequena receita", afirma o relatório.

Ao encerrar a questão da redução da dívida, o relatório destaca que os certificados da mesma estão sendo vendidos no mercado secundário com um desconto médio de 55%. Estes descontos ressaltam a

crença do mercado de que tais devedores não terão como pagar suas obrigações. E sugerem que a possibilidade de suspensão dos pagamentos cresceu, embora os bancos tenham reduzido seus riscos.

Saída

Segundo o relatório é possível encontrar uma saída satisfatória reduzindo-se a dívida em 30% junto com novos empréstimos, pelas agências multilaterais, e "esforços dos devedores para investir e exportar". Os bancos poderão recuperar parte do que perderam na redução da dívida mediante vantagens fiscais.

Além disso, os bancos vêm cobrando taxas de risco, que, desde 1971, representam um desembolso, para a América Latina, de dez bilhões de dólares, ou seja, 17% do total da dívida. Concluída a redução da dívida, os países terão que ir ajustando suas economias conforme forem aumentando as exportações, junto com um incremento dos investimentos e da taxa de poupança.

Os credores também serão beneficiados, pois não terão de participar mais dos "créditos involuntários". E além disso, à medida que for se fortalecendo a economia e a capacidade de pagamento dos países devedores, os riscos de créditos se reduzirão e o valor dos certificados da dívida no mercado secundário aumentarão, assinala o relatório.